

Moção sobre a retirada dos subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores da Administração Pública

Concretizou-se no final do mês de junho mais uma etapa no já longo processo de degradação salarial dos trabalhadores da administração pública, através do não pagamento do subsídio de férias à maioria dos funcionários do Estado.

Esta iniciativa representa um atentado aos direitos de todos os trabalhadores, não constituindo uma imposição da "troika", mas sim um capricho governamental para fazer face às "políticas e gestões" que os governos têm levado a cabo nos últimos anos, atentando diretamente contra o previsto no art. 17.º do Decreto Lei nº 496/80, de 20 de Outubro, que estabelece que "Os subsídios de Natal e de férias são inalienáveis e impenhoráveis."

Com efeito, esta é uma medida injustificável a todos os títulos, só entendível no contexto mais vasto de orientações políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do país e que, a par de outras igualmente gravosas, consolida uma intenção política deste governo em proceder ao desfiguramento da Administração Pública e ao progressivo desmantelamento do Serviço Público.

A alteração ao regime laboral dos funcionários do Estado, a extinção de carreiras, o congelamento da progressão na carreira, os aumentos dos descontos e as reduções de salários após mais de uma década de diminuição dos salários reais, são as medidas que mais diretamente afetam os trabalhadores e que são indissociáveis da degradação dos Serviços Públicos em todas as áreas, com particular destaque para a Saúde e o Ensino, com a sucessão de encerramento de estabelecimentos e degradação da qualidade do serviço prestado, a par do aumento de taxas e propinas.

No entanto, não são, nem foram os trabalhadores da Administração Pública, nem quaisquer outros, os responsáveis pela degradação das contas públicas. As responsabilidades terão de ser imputadas a quem, ao longo de anos, desbaratou os dinheiros públicos, seja nas vergonhosas parcerias Público-Privadas, seja nos desmandos das administrações de institutos e empresas públicas ou, ainda, na cobertura de fraudes a banqueiros e elites.

Portugal e os portugueses não precisam de mais empobrecimento. As políticas de austeridade, impostas pela UE e pelo FMI e diligentemente aplicada pelo governo de coligação PSD-CDS/PP, num quadro de traição à defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, põe os interesses da agiotagem internacional à frente dos interesses da nação.

Este rumo destrói deliberada e conscientemente o presente e hipoteca o futuro.

A via para a superação da situação atual é a da aposta no país, no seu povo e nos seus recursos. A rutura com o atual rumo de desastre passa por reforçar o poder de compra dos portugueses, melhorando os salários e pensões, ampliando assim o mercado interno, que alavancará a produção nacional, sobretudo as pequenas e médias empresas.

Por isso, retirar aos trabalhadores e pensionistas do Estado, já brutalmente penalizados ao longo destes últimos anos, dois meses de salário é uma afronta a estes trabalhadores, é um ataque ao Serviço Público e é contrário aos interesses do país.

A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária, nos Paços do Concelho, a 04 de julho de 2012, delibera:

Repudiar esta medida e manifestar a sua solidariedade com todos os trabalhadores e funcionários públicos, do Município e de toda a Administração Pública, e a todos os trabalhadores do sector privado que foram alvo da mesma medida.

Enviar esta moção para conhecimento de todos os trabalhadores das autarquias locais do concelho de Alcochete; suas estruturas representativas; bem como à Assembleia Municipal; Juntas e Assembleias de Freguesia.

Enviar esta moção para conhecimento do Senhor Primeiro Ministro, dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e do Tribunal Constitucional.